

CONTRATO CEDAE N.º 107 /2018 (DF)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **CARLEX TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **CARLEX TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI**, com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200 – bloco 01 A – Sala 528 A, Jacarepaguá, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22.775-280, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.643.838/0001-08, neste ato por meio de seu Titular, Sr. CARLOS ALBERTO CAMPOS DE ANDRADE, portador da cédula de identidade nº 09.265.008-4 DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob nº 733.344.137-72, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de Locação de Veículos Operacionais, com fundamento no **Processo Administrativo nº E-07/100.194/2017**, mediante **Pregão Eletrônico nº 334/2017 (ASL-DP)**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864 de 2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A **CONTRATADA** obriga-se a executar, para a **CEDAE**, a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS OPERACIONAIS PARA ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DA CEDAE, NA REGIÃO METROPOLITANA E INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO"**, obedecendo aos itens, subitens e Anexos do Edital de Licitação por **Pregão Eletrônico nº 334/2017 (ASL-DP)**, que integra o presente Contrato, ainda que neste não transcrito, bem como todas as instruções fornecidas pela **CEDAE** e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as normas relacionadas com execução, fiscalização, aceitação, penalidades, rescisão contratual e pagamentos, estabelecidas neste contrato.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. (UN)
1	Locação de veículo tipo Pick-Up cabine dupla tração 4x2, Com motorista Escala 12x36 diurna/ 30 dias/ Sem combustível/Diesel.	10
2	Locação de veículo tipo Pick-Up, cabine dupla tração 4x2, sem motorista/Sem combustível/Diesel.	25
3	Locação de veículo tipo Pick-Up cabine dupla tração 4x2, com motorista/ 24 horas/ 30 dias/ Sem combustível/Diesel.	07



Assistência Técnica de Cont.
AJO-2

5	Locação de veículo tipo Pick-Up, cabine dupla tração 4x4, sem motorista/Sem combustível/Diesel.	05
6	Locação de caminhão tipo carroceria fixa de madeira 2.000 MM. Com motorista/ Escala 12x36 Diurna/ 30 dias/ Sem combustível/Diesel.	17
8	Locação de caminhão tipo carroceria fixa de madeira 2.000 MM. Com motorista/ 24 horas/ 30 dias/ Sem combustível/Diesel.	05
10	Locação de caminhão tipo carroceria fixa de madeira 5.000 MM, Com motorista/ Escala 12x36 Diurna/ 30 dias/ Sem combustível/Diesel.	03
11	Locação de caminhão tipo carroceria fixa de madeira 5.000 MM. Sem motorista/ 30 dias/ Sem combustível/Diesel.	01
12	Locação de caminhão tipo basculante 6M ³ , Com motorista/Escala 12x36 Diurna/ 30 dias/ Sem combustível/ Diesel.	04
13	Locação de caminhão tipo basculante 6M ³ , Com motorista/ 24 horas/ 30 dias/ Sem combustível/ Diesel.	02
15	Locação de caminhão tipo basculante 12M ³ , Com motorista/ 24 horas/ 30 dias/ Sem combustível/ Diesel.	01
16	Locação de caminhão equipado com Guindauto (tipo Munck) 12 TON, Com motorista/ Escala 12x36 Diurna/30 dias/Sem combustível/ Diesel.	05
17	Locação de caminhão equipado com Guindauto (tipo Munck) 12 TON, Com motorista/ 24 horas/30 dias/Sem combustível/ Diesel.	02
18	Locação de caminhão equipado com Guindauto (tipo Munck) 18 TON, Com motorista, Escala 12x36 Diurna/30 dias/Sem combustível/ Diesel.	01

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **720 (setecentos e vinte) dias** contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento contratual no Diário Oficial.

Parágrafo Único - O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o que preceitua o inciso II do artigo 57, da Lei 8.666/93.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**: realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato; fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato; exercer a fiscalização do contrato; receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** deverá conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do Edital, da Proposta de Preços e da legislação vigente.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** deverá prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela CEDAE, mantendo no local dos serviços, preposto para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - A **CEDAE**, face ao parágrafo 2º do artigo 71 da lei nº 8.666/93 alterada pelo Art. 4º da Lei nº 9.032/95 de 28/04/95, exigirá da **CONTRATADA**, quando da quitação da fatura ou nota fiscal da etapa da prestação dos serviços, cópia autenticada da guia de recolhimento dos encargos previdenciários - GRPS quitada, comprovante do depósito do FGTS e respectiva folha de pagamento dos serviços realizados na etapa faturada.

Parágrafo Terceiro - Para efeito da cláusula anterior, a **CONTRATADA** deverá elaborar folha de pagamento exclusiva, para os serviços contratados, conforme preconizado no parágrafo 4º do art. 31 da Lei nº 8.212/91 de 24/07/91, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 9.032/95 de 28/04/95.

Parágrafo Quarto - Será obrigação da **CONTRATADA**, manter durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** deverá prestar sem quaisquer ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

Parágrafo Sexto - A **CONTRATADA** deverá responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável.

Parágrafo Sétimo - Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

Parágrafo Nono - Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);

Parágrafo Décimo - A **CONTRATADA** deverá, na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.258, de 12/04/2016, preencher os postos de trabalho com pessoas portadores de deficiência ou necessidades especiais, respeitando o contido no art. 7º, inciso XXXI, da Constituição Federal, na seguinte proporção indicada no art. 93, da Lei nº. 8.213, de 24/07/1991:

I - de cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);



- II - de duzentos e um a quinhentos postos de trabalho, 3% (três por cento);
III - de quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);
IV - mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2018**, assim classificados:

Fonte de Recursos: 10
Código Orçamentário: 33903913
Programa de Trabalho: 2200022016
Conta Contábil: 411110312
Centro de Custos: DP22010000
ID da Reserva Orçamentária: 2018000764

Parágrafo Único - As despesas relativas aos exercícios subseqüentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO E REAJUSTAMENTO

Ao presente contrato, em regime de empreitada por preço ou unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 23.404.284,80 (vinte e três milhões, quatrocentos e quatro mil, duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. (UN)	VALOR (02 ANOS)
1	Locação de veículo tipo Pick-Up cabine dupla tração 4x2, Com motorista Escala 12x36 diurna/ 30 dias/ Sem combustível/Diesel.	10	2.613.600,00
2	Locação de veículo tipo Pick-Up, cabine dupla tração 4x2, sem motorista/Sem combustível/Diesel.	25	2.610.000,00
3	Locação de veículo tipo Pick-Up cabine dupla tração 4x2, com motorista/ 24 horas/ 30 dias/ Sem combustível/Diesel.	07	2.846.944,80
5	Locação de veículo tipo Pick-Up, cabine dupla tração 4x4, sem motorista/Sem combustível/Diesel.	05	572.400,00
6	Locação de caminhão tipo carroceria fixa de madeira 2.000 MM. Com motorista/ Escala 12x36/ Diurna/ 30 dias/ Sem combustível/Diesel.	17	5.079.600,00
8	Locação de caminhão tipo carroceria fixa de madeira 2.000 MM. Com motorista/ 24 horas/ 30 dias/ Sem combustível/Diesel.	05	2.300.400,00

10	Locação de caminhão tipo carroceria fixa de madeira 5.000 MM, Com motorista/ Escala 12x36/ 30 dias/ Sem combustível/Diesel.	03	1.131.840,00
11	Locação de caminhão tipo carroceria fixa de madeira 5.000 MM. Sem motorista/ 30 dias/ Sem combustível/Diesel.	01	172.800,00
12	Locação de caminhão tipo basculante 6M ² , Com motorista/ Escala 12x36/ Diurna/ 30 dias/ Sem combustível/ Diesel.	04	1.339.200,00
13	Locação de caminhão tipo basculante 6M ² , Com motorista/ 24 horas/ 30 dias/ Sem combustível/ Diesel.	02	1.000.080,00
15	Locação de caminhão tipo basculante 12M ² , Com motorista/ 24 horas/ 30 dias/ Sem combustível/ Diesel.	01	543.600,00
16	Locação de caminhão equipado com Guindauto (tipo munck) 12 TON, Com motorista, Escala 12x36/Diurna/30 dias/Sem combustível/ Diesel.	05	1.674.000,00
17	Locação de caminhão equipado com Guindauto (tipo munck) 12 TON, Com motorista/ 24 horas/30 dias/Sem combustível/ Diesel.	02	1.155.500,00
18	Locação de caminhão equipado com Guindauto (tipo munck) 18 TON, Com motorista, Escala 12x36/Diurna/30 dias/Sem combustível/ Diesel.	01	364.320,00
VALOR TOTAL:			23.404.284,80

Parágrafo Primeiro - No preço ajustado na cláusula anterior já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, todos os encargos, tributos, inclusive os referentes às legislações fiscal, tributária e trabalhista, lucros, bem como custos com motoristas, uniformes, seguros, despesas de remoção, guincho, manutenção e reparo de defeito ou avaria do veículo, bem como despesas referentes a licenciamentos, multas de trânsito e tarifas de pedágio, devendo estar os veículos equipados com dispositivos automáticos de passagem pedágios, do tipo "Sem Parar" ou similar e quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - Tratando-se de mão de obra alocada exclusivamente no contrato, decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento a que essa proposta se referir, assim entendido o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual referente aos custos decorrentes de mão de obra, se estes estiverem vinculados às datas-bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado, quando for o caso, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

a) Caberá à **CONTRATADA**, ao pleitear o reajuste contratual, a demonstração da variação salarial de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

- b) A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.
- c) Os reajustes serão precedidos de requerimento da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.
- d) É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.
- e) Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

Parágrafo Terceiro- Quanto ao preço dos demais insumos, somente será analisada a concessão de seu reajustamento, caso a periodicidade ultrapasse 1 (um) ano, unicamente se ocorrer variação do valor contratual, contado a partir da data da apresentação da proposta, observada a legislação vigente e/ou substitutivas e face à comprovada elevação dos insumos utilizados. Neste caso será adotado como limite o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Para tanto será utilizada a seguinte expressão:

$$R = Po \left[\frac{I - Io}{Io} \right]$$

Onde:

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = INPC correspondente ao mês de reajustamento

Io = INPC correspondente ao mês da apresentação da proposta.

- a) Observada a periodicidade a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de execução de serviços em vigor.
- b) O reajustamento cessará na data contratual do evento gerador de cada parcela de faturamento.
- c) O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela a preços contratuais.
- d) Caso o INPC do mês de apresentação da proposta não esteja disponível no dia da entrega da documentação e abertura dos envelopes de proposta, será considerado o do mês imediatamente anterior. Da mesma forma, será utilizado no lugar do Io o índice do mês imediatamente anterior.

Parágrafo Quarto - As partes convencionam que o prazo decadencial para a **CONTRATADA** solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na **CEDAE**, será de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art.

211, do Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A caução de R\$ 468.085,70 (quatrocentos e sessenta e oito mil, oitenta e cinco reais e setenta centavos) referente a 2% do valor do contrato efetuada pela contratada na forma de Seguro Garantia, ficará depositada na tesouraria da **CEDAE**, sendo liberada ou restituída após a execução do contrato.

Parágrafo Primeiro - A liberação da garantia ficará condicionada à autorização, por parte da **CEDAE**, depois de aprovado administrativamente o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada e após a aceitação definitiva dos serviços pela fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Segundo - A **CEDAE** poderá descontar da garantia contratual, as importâncias que, a qualquer título, lhe sejam devidas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Terceiro - A garantia a ser apresentada, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá prever a cobertura para os seguintes eventos, dentre outros:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) Prejuízos diretos causados à **CEDAE** decorrente de culpa ou dolo durante a execução do contrato,
- d) Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da **CEDAE**. Deverão ser obedecidas toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, pela comissão a que se refere o parágrafo segundo, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo parecer circunstanciado, assinado pelas partes, que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;

a.1 - A emissão do termo de aceitação provisória, ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela prevista no cronograma físico-financeiro do contrato, observando-se os seguintes procedimentos:

a.2 - A empresa contratada deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em

papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter a sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

a.3 - As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e esta será encaminhada à **CEDAE** juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e os documentos exigidos no contrato para a realização do pagamento. A Comissão de fiscalização não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

a.4 - Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa, a contratada omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de sua obrigação e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

a.5 - Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente última fatura ficará suspenso.

a.6 - Será considerado "adimplemento" a conclusão, pela contratada, de cada etapa (ou parcela) prevista no cronograma físico-financeiro acompanhada da apresentação de todos os documentos exigidos no contrato para a realização do correspondente pagamento.

a.7 - Representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à contratada recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

a.8 - De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega do recibo à contratada, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive a atestação da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da fatura pela Comissão de Fiscalização.

a.9 - A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a Pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

a.10 - Caberá a Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, deverão ser registradas no processo.

b) definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este

fim, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir da data de emissão do parecer de que trata a alínea anterior, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

b.1 - A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, deverá solicitar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

b.2.- De igual modo, a contratada deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

b.3 -. No caso de omissão ou recusa da contratada em solicitar à **CEDAE** a Aceitação Definitiva do objeto contratado, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de manifestar-se pela efetiva solicitação em no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

b.4 - Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do Contrato reterá a Garantia Contratual, se houver.

b.5 - Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela contratada.

b.6 - A inobservância do item anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

Parágrafo Terceiro - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quinto - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sexto - A execução dos serviços terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início).

Parágrafo Sétimo - Não será admitida a cessão ou sub-rogação dos serviços contratados. A subcontratação será admitida somente por motivo de fato superveniente e mediante aprovação prévia e expressa da **CEDAE**.

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** compromete-se em atender todas as determinações

da Fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Nono - A Fiscalização da execução dos serviços caberá à **CEDAE**, através de prepostos por ela indicados, o que não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e indivisível responsabilidade.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados aos contratos, as seguintes comprovações:

- a) Prova de pagamento dos salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com a habitualidade, devam integrar os salários;
- b) Prova de pagamento em dia do vale-transporte e do auxílio alimentação de seus empregados;
- c) Anotação nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social de seus empregados;
- d) Prova de regularidade com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos, incluindo aqueles relativos aos empregados vinculados ao contrato.

Parágrafo Quarto - A contratada será obrigada a re apresentar a Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

Parágrafo Quinto - A ausência da apresentação dos documentos mencionados no Parágrafo Terceiro e quarto ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

Parágrafo Sexto - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

Parágrafo Sétimo - No caso do parágrafo sexto, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados em 24 (vinte e quatro) parcelas, mediante crédito em conta bancária mantida pela **CONTRATADA** no Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados no Formulário Solicitação de Cadastro de Credor, conforme Anexo VIII deste edital.

Parágrafo Primeiro - No caso do licitante vencedor estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pela **CEDAE** a impossibilidade de o licitante, em razão da negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela futura contratada.

Parágrafo Segundo - Os pagamentos devidos pela **CEDAE** à **CONTRATADA** somente serão autorizados após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

Parágrafo Terceiro - O pagamento das faturas, acompanhadas do documento de cobrança, será efetuado pela **CEDAE** no 30º (trigésimo) dia, após a data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante demonstração pela contratada do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, relativas aos empregados vinculados ao contrato referente ao mês anterior à data do pagamento, devendo a fatura ser aceita (atestada) ou recusada no máximo em 03 (três) dias pela fiscalização, após a apresentação desta.

Parágrafo Quarto - A demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas consiste na apresentação de comprovante de recolhimento mensal ao FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos relativos à mão de obra empregada no contrato, previstos no Parágrafo Terceiro da cláusula nona desta Minuta de Contrato.

Parágrafo Quinto - Satisfeitas as obrigações previstas nos Parágrafos Segundo e Terceiro, o prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega do documento de crédito, isento de erros, à Comissão de Fiscalização

Parágrafo Sexto - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Sétimo Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização

financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

Parágrafo Oitavo - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata o parágrafo oitavo da cláusula quarta da Minuta de Contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CEDAE**, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

Parágrafo Primeiro - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, cabendo à Administração o reconhecimento de seus direitos em caso de rescisão administrativa, conforme Art. 55, inciso IX e Art. 77 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Segundo - O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão, a sub-rogação, a subcontratação dos serviços, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Terceiro - A rescisão de que tratam os artigos 77 e 78, I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, se opera por ato unilateral da CEDAE (Art. 79, inciso I) sem que caiba à **CONTRATADA**, em hipótese alguma ou a qualquer título, direito à indenização a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Fiscalização da CEDAE.

Parágrafo Quarto - Não havendo culpa da **CONTRATADA** para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, de conformidade com o parágrafo 2º do Art. 79 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Quinto - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

Parágrafo Sexto - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Sétimo - Na hipótese de rescisão do contrato, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a **CONTRATADA** sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de

créditos, e das perdas e danos que forem apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como punidos com as sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02.
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

Parágrafo Segundo - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

- a) Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

Parágrafo Terceiro - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado do Ambiente.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea b, do Parágrafo Primeiro:

- a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) deverá, nas reincidências específicas, corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

- c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;
- d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

Parágrafo Quinto: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c" do parágrafo primeiro, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.
- c) Será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sétimo, da cláusula nona.

Parágrafo Sexto - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea d, do Parágrafo Primeiro, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

- a) A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

Parágrafo Oitavo - Se o valor das multas previstas na alínea b, do Parágrafo Primeiro e do Parágrafo Sétimo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Décimo - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

- a) Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.
- b) A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

b.1) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do Parágrafo Primeiro, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo parágrafo.

c) Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a **CEDAE**, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

Parágrafo Décimo Segundo - As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

Parágrafo Décimo Terceiro - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

Parágrafo Décimo Quarto - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada na hipótese de não apresentação da documentação exigida no parágrafo terceiro da Cláusula Oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

Parágrafo Primeiro - A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao valor da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeito ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo Primeiro - É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem prévia autorização judicial.

Parágrafo Segundo - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme Deliberação TCE-RJ n. 280/2017.

Parágrafo Primeiro - O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Segundo - O extrato da publicação deverá conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura, fundamento do ato."

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EXIGÊNCIAS LEGALMENTE OBRIGATÓRIAS

A **CONTRATADA** indica como responsável pelos serviços, ora contratados, o Sr. CARLOS ALBERTO CAMPOS DE ANDRADE, Identidade Nº 09.265.008-4 e inscrito no CPF sob nº 733.344.137-72, que fica autorizado a representá-la, perante a **CEDAE**, em tudo que se relacionar à matéria dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** obriga-se a manter o profissional indicado na Cláusula anterior como Responsável na direção dos trabalhos até o final da sua execução. A

substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro, a juízo exclusivo da **CEDAE**, de igual lastro de experiência e capacidade.

Parágrafo Segundo - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da contratada, o edital da licitação por Pregão Eletrônico - 334/2017 - ASL-DP (Processo E-07/100.194/2017) e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos.


CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

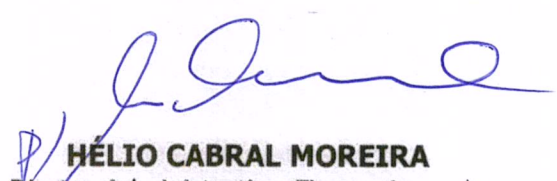
Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 13 de AGOSTO de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


HÉLIO CABRAL MOREIRA
Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:




CARLOS ALBERTO CAMPOS DE ANDRADE
Titular

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-CARLEX-TRANSPORTES-contratação-de-empresa-especializada-na-prestacao-de-serviços-de-locacao-de-veículos-PE-334-2017-VBO

COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL
ATOS DO PRESIDENTE
DELIBERAÇÃO CECA Nº 6.202 DE 14 DE AGOSTO DE 2018
RECONHECE A APLICABILIDADE DA LEI ESTADUAL Nº 6.373/12 E DETERMINA A APRESENTAÇÃO DE PCA E PRAD.

A COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL - CECA, da Secretaria de Estado do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, em reunião de 14/08/2018, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.356, de 03/10/1988, pelo Decreto Estadual nº 21.287, de 23/01/1995, pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, pelo Decreto Estadual nº 41.628, de 12/01/2009 e pelo Decreto Estadual nº 44.820, de 02/06/2014, alterado pelo Decreto Estadual nº 45.482, de 04/12/2015.

CONSIDERANDO:

- o que consta do Processo nº E-07/002.6747/2017, referente ao requerimento de licenciamento ambiental da empresa SANTUÁRIO DAS AREIAS MINERAÇÃO E EXTRAÇÃO LTDA - ME para a atividade de extração de areia em cava molhada, situada na Rodovia Amaral Peixoto s/n, Sítio Jundiá, Rio Mole, Município de Sequera, e

- a Lei Estadual nº 6.373, de 27/12/2012, que dispõe sobre critérios gerais para licenciamento ambiental de extração de bens minerais de utilização imediata na construção civil.

DELIBERA:

Art. 1º - Reconhecer a aplicabilidade da Lei Estadual nº 6.373/2012 para SANTUÁRIO DAS AREIAS MINERAÇÃO E EXTRAÇÃO LTDA - ME para a atividade de extração de areia em cava molhada, situada na Rodovia Amaral Peixoto, s/n, Sítio Jundiá, Rio Mole, Município de Sequera, determinando à mesma a apresentação de Plano de Controle Ambiental - PCA e Projeto de Recuperação da Área Degradada - PRAD.

Art. 2º - Encaminhar o processo ao INEA para o prosseguimento do licenciamento ambiental.

Art. 3º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2018

MAURÍCIO COUTO CESAR JUNIOR

Presidente

Id: 2126327

DELIBERAÇÃO CECA Nº 6.203 DE 14 DE AGOSTO DE 2018
EXPEDE CERTIDÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL - CECA, da Secretaria de Estado do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, em reunião de 14/08/2018, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.356, de 03/10/1988, pelo Decreto nº 21.287, de 23/01/1995, pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, pelo Decreto Estadual nº 41.628, de 12/01/2009, e pelo Decreto Estadual nº 44.820, de 02/06/2014, alterado pelo Decreto nº 45.482, de 04/12/2015, e

CONSIDERANDO o que consta do Processo nº E-07/002.12907/2017, referente ao requerimento de Certidão de Inexigibilidade de Licenciamento do INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA para reforma e adequação da subseção do Parque Estadual dos Três Picos e da casa principal da fazenda, pavimentação de vias, drenagem superficial e paisagismo, recuperação do reservatório existente (antiga piscina) e o complemento do cercamento periférico do limite do PETP, localizado na BR-116 na altura do km 80,3, bairro Ermitage, Município de Teresópolis,

DELIBERA:

Art. 1º - Expedir Certidão de Inexigibilidade de Licenciamento para o INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA para reforma e adequação da subseção do Parque Estadual dos Três Picos e da casa principal da fazenda, pavimentação de vias, drenagem superficial e paisagismo, recuperação do reservatório existente (antiga piscina) e o complemento do cercamento periférico do limite do PETP, localizado na BR-116 na altura do km 80,3, bairro Ermitage, Município de Teresópolis.

Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2018

MAURÍCIO COUTO CESAR JUNIOR

Presidente

Id: 2126328

DELIBERAÇÃO CECA Nº 6.204 DE 14 DE AGOSTO DE 2018
AVERBA NA LICENÇA DE OPERAÇÃO - LO Nº IN028508.

A COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL - CECA, da Secretaria de Estado do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, em reunião de 14/08/2018, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.356, de 03/10/1988, pelo Decreto nº 21.287, de 23/01/1995, pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, pelo Decreto Estadual nº 41.628, de 12/01/2009, e pelo Decreto Estadual nº 44.820, de 02/06/2014, alterado pelo Decreto nº 45.482, de 04/12/2015,

CONSIDERANDO:

- o que consta do Processo nº E-07/002.9566/2013, referente à Licença de Operação - LO nº IN028508, incluindo as Averbações AVB 002887 e AVB 003308, da empresa PORTO SUESTE DO BRASIL S/A para operar o Terminal Marítimo de Exportação de Minério de Ferro, com capacidade de 45.000.000 de toneladas/ano de ferro e 5.000.000 de toneladas/ano de outros minérios e grãos (granéis sólidos) e realizar dragagens de manutenção periódicas do Terminal Aquaviário, situado na Rua Feliz Lopes Coelho, nº 222, Ilha da Madeira, Município de Itaguaí, e

- o Parecer Técnico de Proteção de Licença de Operação nº 23/2018, da CEAM/INEA,

DELIBERA:

Art. 1º - Averbar na Licença de Operação - LO nº IN028508, em nome da Empresa PORTO SUESTE DO BRASIL S/A, a prorrogação do prazo de sua validade por mais 6 (seis) anos.

Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2018

MAURÍCIO COUTO CESAR JUNIOR

Presidente

Id: 2126329

DELIBERAÇÃO CECA Nº 6.205 DE 14 DE AGOSTO DE 2018
AVERBA NA LICENÇA PRÉVIA Nº IN 044998.

A COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL - CECA, da Secretaria de Estado do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, em reunião de 14/08/2018, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.356, de 03/10/1988, pelo Decreto nº 21.287, de 23/01/1995, pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, pelo Decreto Estadual nº 41.628, de 12/01/2009, e pelo Decreto Estadual nº 44.820, de 02/06/2014, alterado pelo Decreto nº 45.482, de 04/12/2015,

CONSIDERANDO:

- o que consta do Processo nº E-07/503.536/2011, referente à Licença Prévia - LP nº IN044998, da empresa MINERARE MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA, para a atividade de extração de areia a céu aberto, localizada na Fazenda da Pedra, situada na Rodovia Amaral Peixoto km 143, Tambores, Município de Cabo Frio, e

- a Manifestação Técnica - CEAM nº 03/2018,

DELIBERA:

Art. 1º - Averbar na Licença Prévia - LP nº IN 044998 retirando as condicionantes nº 5.4 e 5.11 da empresa MINERARE MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA, localizada na Fazenda da Pedra, situada na Rodovia Amaral Peixoto km 143, Tambores, Município de Cabo Frio.

Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2018

MAURÍCIO COUTO CESAR JUNIOR

Presidente

Id: 2126330

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DESPACHO DO PRESIDENTE

DE 16.08.2018

PROCESSO Nº E-07/002.13718/2017 - HOMOLOGO a Licitação cujo objeto é COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DO MIRANTE IMPERIAL, NO MORRO DA TORRE, MUNICÍPIO DE VASSOURAS - RJ e ADJUDICAÇÃO do objeto da mesma a Empresa SANER ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI EPP inscrita no CNPJ: 28.793.948/0001-60, com o valor de R\$ 976.683,86 (novecentos e setenta e seis mil seiscentos e oitenta e três reais e oitenta e seis centavos).

Id: 2126332

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE GENTE E GESTÃO
DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

DE 15.08.2018

PROCESSO Nº E-07/002.02523/2018 - FIXADOS, a partir de 09/03/2018, os proventos mensais de inatividade do servidor FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES SERRA, Químico, matrícula nº 271197-2, Id Funcional 2028286-9.

PROCESSO Nº E-07/002.30615A/2018 - FIXADOS, a partir de 01/08/2018, os proventos mensais de inatividade da servidora GISELA TORRES HOMEM PINTO LOPES, Comunicador Social, matrícula nº 2701209-5, Id Funcional 2145692-5.

Id: 2126334

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MÉDIO PARAÍBA DO SUL
DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

DE 06/08/2018

PROC. Nº E-07/002.12161/2015 - AUTORIZO o cancelamento da LO nº IN033871, da empresa Folha Dourada Comércio e Transporte Ltda ME, tendo em vista solicitação da empresa.

DE 08/08/2018

PROC. Nº E-07/002.16660/2013 - INDEFIRO o requerimento de Licença de Operação, solicitado pela empresa INCOMIL - Comércio de Papel São Miguel Ltda, para a atividade de coleta, transporte, armazenamento e comércio do papel, papéis, plástico, madeira, sucata metálica e não metálica para reciclagem. Com base nos autos do processo.

PROC. Nº E-07/002.10473/2014 - AUTORIZO o cancelamento da LO nº IN028151 e da AVB003733, da empresa Votorantim Siderurgia S/A, tendo em vista solicitação da empresa.

DE 09/08/2018

PROC. Nº E-07/002.7468/2015 - INDEFIRO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada, solicitado pela empresa Ecira Indústria e Comércio de Alimentos Ltda EPP, para a atividade de fabricação de pizzas congeladas. Considerando CI Circular nº 03/16, Com base nos autos do processo.

PROC. Nº E-07/002.216/2001 - INDEFIRO o requerimento de Licença de Operação, solicitado pela empresa Clariá Vargem Alegre Ltda, para a atividade de extração de areia a céu aberto, sob forma de cave. Com base nos autos do processo.

DE 15/08/2018

PROC. Nº E-07/203.230/2007 - INDEFIRO o requerimento de Licença de Operação, solicitado pela empresa JSL S/A, para a atividade de transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos. Considerando a Art. 3º e 2º da resolução INEA nº 129/2015. Com base nos autos do processo.

PROC. Nº E-07/509.144/2011 - INDEFIRO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada, solicitado pela empresa SCSM - ADVOCADOS SANTOS, para a atividade de beneficiamento mecânico de resíduos Classe IIA e IIB. Com base nos autos do processo.

Id: 2126336

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 30/07/2018

DESIGNA CELSO SOARES SILVA, Agente de Sanamento I, como Presidente, **FRANCIELLE BADINI DE ALMEIDA**, Contador C, **RIVALDO DOS SANTOS DE SOUZA**, Agente de Sanamento D, **IAN MARTINS DE OLIVEIRA**, Agente de Sanamento C, como membros titulares e **MARCO AURELIO LIMA MARQUES**, Agente Administrativo E, como suplente, Gerente do Contrato **RODRIGO CASTANHEIRA SANTOS**, Assessor Executivo e **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS OPERACIONAIS PARA ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DA CDEAE, NA REGIÃO METROPOLITANA E INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, de que trata o Processo nº E-07/100.194/2017, Ordem de Serviço "E" nº 15.206/2018.

Id: 2126210

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 14/08/2018

PROCESSO Nº E-17/100.090/2016 - ACATO a decisão da Comissão Permanente de Licitações de Serviços de Não Engenharia referente ao julgamento dos recursos interpostos sobre a fase de classificação das propostas técnicas apresentadas na licitação por Concorrência Nacional - CN Nº 203/2017, pelo indeferimento do recurso interposto pelo escritório TOSTES & DE PAULA ADVOCACIA EMPRESARIAL, mantendo sua nota técnica em 70 pontos e pelo indeferimento do recurso interposto pelo escritório DANIELMARCOS SEMEAD ADVOCADOS ASSOCIADOS, mantendo inalteradas as notas alcançadas pelos escritórios C. MARTINS & ADVOCADOS ASSOCIADOS e CARLOS MAFRA DE LAET ADVOGADOS - 110 pontos.

Id: 2126091

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 15/08/2018

PROCESSO Nº E-17/100.354/2016 - PE Nº 340/2018 - ASL-DP - CO-NEHCO e **NEGÓCIO PROVIMENTO** ao recurso interposto pela Empresa ALGAR MULTIMÍDIA S/A, mantendo a empresa BRASIL TELECOM COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA habilitada no certame, adjudicando-lhe, por conseguinte, o objeto da licitação.

Id: 2126092

Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento
RETIFICAÇÕES

D.O. DE 16.08.2018

PÁGINA 24 - 1ª COLUNA

ATO DO SECRETÁRIO E DO DIRETOR-PRESIDENTE

Onde se lê:

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAPPA/PESAGRORIO Nº 13

DE 06 DE AGOSTO DE 2018

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO PARA A FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-FIPERJ.

Leia-se:

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAPPA/FIPERJ Nº 13

DE 06 DE AGOSTO DE 2018

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO PARA A FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-FIPERJ.

Id: 2126242

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DESPACHO DO PRESIDENTE

DE 15.08.2018

PROCESSO Nº E-02/003/17/2018 - RATIFICO a dispensa de licitação, com base no art. 26 caput, da Lei nº 8.666/93, e alterações.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DESPACHO DO DIRETOR

DE 15.08.2018

PROCESSO Nº E-02/003/17/2018 - DECLARO a dispensa de licitação, com base no disposto no inciso XXII do Art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. ADJUDICADO a prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica para o CEPAC, através da Concessionária Light Serviços de Eletricidade S/A, AUTORIZO a dispensa, no valor total de R\$ 1.559.05 (hum mil seiscentos cinquenta e nove reais e cinco centavos), visando atender as despesas com serviços de fornecimento de energia elétrica para o CEPAC, através da Concessionária Light Serviços de Eletricidade S/A, referente ao cumprimento do 1º semestre de 2018, e a emissão da respectiva Nota de Empenho, sendo à conta do Programa da Trabalho - 1354.20.122.0002.8021, Fonte de recurso 100, Modalidade de Aplicação 3390.30, do orçamento em vigor. A dispensa em tela é tipificada, nos termos dos Decretos nºs 46.238, de 20/04/2018 e 46.301, de 04/05/2018, por atender aos requisitos de preexistência, continuidade e sua essencialidade por se caracterizar pela necessidade de fornecimento de energia elétrica para o CEPAC. Submeter a presente Dispensa de Licitação, à Presidência, para fins de Ratificação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores.

Id: 2126255

Secretaria de Estado de Cultura
ADMINISTRAÇÃO VINCULADA
FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
ATO DO ORDENADOR DE DESPESAS

DE 15.08.2018

APOSENTA LUCIA MARIA SAMPAIO GUIMARÃES, Bailarina, Grupo IV, Nível "5", Id funcional 2878216-0, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005. Processo nº E-18/0351/00043/2018.

Id: 2126086

Controladoria Geral do Estado
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ATO DO CONTROLADOR-GERAL
RESOLUÇÃO CONTROLADORIA Nº 02

DE 15 DE AGOSTO DE 2018

ESTABELECE METODOLOGIA PARA APURAÇÃO DO FATURAMENTO BRUTO E DOS TRIBUTOS A SEREM EXCLUÍDOS PARA FINS DE CÁLCULO DA MULTA PREVISTA NO ART. 6º DA LEI FEDERAL Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.

O CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 8º da Lei nº 7.988, de 14 de maio de 2016 e no art. 39 do Decreto nº 46.366, de 19 de julho de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Considera-se faturamento bruto para fins de cálculo da multa, a que se refere o Decreto nº 46.366, de 19 de julho de 2018, a receita bruta, da que trata o art. 12 do Decreto-Lei Federal nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977.

Art. 2º - Excluem-se do faturamento bruto as devoluções, as vendas canceladas, os descontos concedidos incondicionalmente e os tributos, da que trata o § 1º do art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77.

Art. 3º - Para os contribuintes optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecdação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, o faturamento bruto compreende a receita bruta de que trata o § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2008.

Art. 4º - Os valores, de que tratam o art. 1º, poderão ser apurados, entre outras formas, por meio de:

I - compartilhamento de informações tributárias, na forma do inciso II do § 1º art. 156 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e

II - registros contábeis produzidos ou publicados pela pessoa jurídica acusada no país ou no estrangeiro.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2018

NESTOR LIMA DE ANDRADE

Controlador-Geral do Estado

Id: 2126281

ENQUADRAMENTO: 95 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 13.805,81. PROCESSO Nº E-07/002.0904/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150595

NOME: Prefeitura Municipal de Rio das Flores. CNPJ/CPF Nº: 29.175.540/0001-53. ENDEREÇO: Rua Doutor Leoni Ramos, 12. Centro. MUNICÍPIO: Rio das Flores - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/01087493. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 1.753,15. PROCESSO Nº E-07/002.100407/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150597

NOME: Proflor Comércio de Ferro e Aço Ltda. CNPJ/CPF Nº: 01.289.059/0003-76. ENDEREÇO: Rodovia Presidente Dutra, s/nº. KM 275, Iteamento São Vicente. MUNICÍPIO: Barra Mansa - RJ. INFRAÇÃO: Pela disposição inadequada de resíduo classe IIA, com utilização do caminho placa CVL-7471, em área da Prefeitura Municipal de Quatis. ENQUADRAMENTO: 95 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 6.941,72. PROCESSO Nº E-07/002.09043/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150598

NOME: Vilejo Praia Hotel Ltda. CNPJ/CPF Nº: 39.561.774/0001-27. ENDEREÇO: Estrada Nestor Ribeiro Ferreira, s/nº, Conservatória. MUNICÍPIO: Valença - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/01087673. ENQUADRAMENTO: 81 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 3.410,87. PROCESSO Nº E-07/002.07354/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150598

NOME: AMS Empreendimentos Hotelaria Ltda. CNPJ/CPF Nº: 01.152.532/0001-07. ENDEREÇO: Avenida Três Cachoeiras, 1150, Penedo, Fazenda Penedo. MUNICÍPIO: Itaipava - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/01078989. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 2.080,66. PROCESSO Nº E-07/002.02302/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150587

NOME: OPX Ambiental Ltda. CNPJ/CPF Nº: 24.555.359/0001-93. ENDEREÇO: Rua Aristides Ferreira, 160, Vila Ursulino. MUNICÍPIO: Barra Mansa - RJ. INFRAÇÃO: Por realizar a atividade de recebimento de resíduos dos serviços de saúde proveniente do Estado de São Paulo, sem possuir, previamente, a devida autorização ambiental. ENQUADRAMENTO: 64 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 5.503,01. PROCESSO Nº E-07/002.03586/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150586

NOME: Atacadão Construtor de VR Comércio de Materiais de Construção Ltda. CNPJ/CPF Nº: 08.931.035/0001-56. ENDEREÇO: Avenida Almirante de Barros Nunes, 5920, Belmonte. MUNICÍPIO: Volta Redonda - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/01075565. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 2.072,95. PROCESSO Nº E-07/002.13395/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150584

NOME: Margarida Godoy Cravo Arduino. CNPJ/CPF Nº: 389.650.465-15. ENDEREÇO: Rua Capitão Aviador João Maurício de Medeiros, s/nº. Aero Clube. MUNICÍPIO: Volta Redonda - RJ. INFRAÇÃO: Por implantar o loteamento residencial Marina Godoy, sem ter sido emitida a respectiva licença de instalação. ENQUADRAMENTO: 83 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 1.475,13. PROCESSO Nº E-07/002.10222/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150580

NOME: Prefeitura Municipal de Quatis. CNPJ/CPF Nº: 39.560.038/0001-48. ENDEREÇO: Estrada Quatis-Friano, 2001, Barreira. MUNICÍPIO: Quatis - RJ. INFRAÇÃO: Por promover disposição inadequada de resíduos industriais (classe IIA) em área de sua propriedade. Assim como, por ter iniciado obras de aterro no mesmo local sem devida autorização. ENQUADRAMENTO: 64 e 95 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 12.088,66. PROCESSO Nº E-07/002.09037/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150613

NOME: GGP Industrial Ltda. CNPJ/CPF Nº: 31.076.938/0004-81. ENDEREÇO: Rodovia BR-393, s/nº, Vieira Cortes. MUNICÍPIO: Paraíba do Sul - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas no nº 04, 05, 06, 09, 17 e 18 da LO nº IN034535. ENQUADRAMENTO: 87 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 34.766,17. PROCESSO Nº E-07/002.100379/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150610

NOME: Haco Metais Ltda. CNPJ/CPF Nº: 32.592.073/0009-63. ENDEREÇO: Rodovia Lúcio Meira, BR 393, Km 12,5, Brasília. MUNICÍPIO: Volta Redonda - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas no nº 13 e 25 da LO nº IN034535. ENQUADRAMENTO: 87 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 65.158,47. PROCESSO Nº E-07/002.100517/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150592

NOME: Jorge Pimentel da Silva. CNPJ/CPF Nº: 759.161.187-91. ENDEREÇO: Rua Bolívar Felix, 160, Formoso. MUNICÍPIO: Rio das Flores - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/01077389. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 2.062,82. PROCESSO Nº E-07/002.04429/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150585

NOME: Jorge Pimentel da Silva. CNPJ/CPF Nº: 759.161.187-91. ENDEREÇO: Rua Bolívar Felix, 160, Formoso. MUNICÍPIO: Rio das Flores - RJ. INFRAÇÃO: Por realizar corte e aterro para nivelamento de gride de uma área de 378m², sem a devida licença ambiental. ENQUADRAMENTO: 64 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 5.660,20. PROCESSO Nº E-07/002.03816/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150614

NOME: Floreli Metais Ltda. CNPJ/CPF Nº: 39.202.522/0001-72. ENDEREÇO: Estrada Governador Chagas Freitas, 1369, Colônia Santa Antônio. MUNICÍPIO: Barra Mansa - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/01037344. ENQUADRAMENTO: 81 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 3.363,22. PROCESSO Nº E-07/002.09637/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150637

NOME: Ritmo Logística S/A. CNPJ/CPF Nº: 12.986.982/0009-17. ENDEREÇO: Avenida Sônia, Jardim Esplanada. MUNICÍPIO: Mogi-Guaçu - RJ. INFRAÇÃO: Por poluir o corpo hídrico com vazamento de óleo e cu outros hidrocarbonetos. ENQUADRAMENTO: 95 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 11.994,12. PROCESSO Nº E-07/002.07098/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150606

NOME: Targa S/A. CNPJ/CPF Nº: 00.157.774/0005-54. ENDEREÇO: Avenida Imã Spino, 536, Cerâmica. MUNICÍPIO: Paraíba do Sul - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas no nº 8 e 13 da LO nº IN016078. ENQUADRAMENTO: 87 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 21.591,38. PROCESSO Nº E-07/002.13409/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150579

NOME: GGP Industrial Ltda. CNPJ/CPF Nº: 31.076.938/0004-81. ENDEREÇO: Estrada de Barreiros, nº 3756, Wernicke. MUNICÍPIO: Paraíba do Sul - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas no nº 8 e 13 da LO nº IN016078. ENQUADRAMENTO: 87 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 21.591,38. PROCESSO Nº E-07/002.100379/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150580

NOME: Cereais Bramil Ltda. CNPJ/CPF Nº: 32.296.378/0029-71. ENDEREÇO: Praça Dr. Paulo de Frontin, 249. Centro. MUNICÍPIO: Valença - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/01089464. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 1.753,15. PROCESSO Nº E-07/002.09026/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150581

NOME: Cereais Bramil Ltda. CNPJ/CPF Nº: 32.296.378/0029-71. ENDEREÇO: Rua Francisco Machado 55, Centro. MUNICÍPIO: Miguel Pereira - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/01089463. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 1.753,15. PROCESSO Nº E-07/002.09022/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150582

NOME: R. A. Evangelista Campos de Areia Ltda. CNPJ/CPF Nº: 23.568.693/0001-19. ENDEREÇO: Rua Loren Francisco Silva, 97, Centro. MUNICÍPIO: Pinheiral - RJ. INFRAÇÃO: Por dar início a instalação da atividade, sem possuir a respectiva licença ambiental e por cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente. ENQUADRAMENTO: 83 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 1.753,15. PROCESSO Nº E-07/002.05141/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150583

NOME: Hidroserv Ltda. CNPJ/CPF Nº: 03.927.702/0001-03. ENDEREÇO: Avenida Presidente Kennedy, nº 3083. MUNICÍPIO: Barra Mansa - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/01038049. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 1.753,15. PROCESSO Nº E-07/002.9434/2014.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150575

NOME: JCV Carvalho Pedras Decorativas - ME. CNPJ/CPF Nº: 24.361.469/0001-68. ENDEREÇO: Rua Anísio Torres, 22, Galpão, Centro. MUNICÍPIO: Comendador Levy Gasparian - RJ. INFRAÇÃO: Por dar início a atividade de aparelhamento de mármores, plás, etc., sem a devida licença ambiental. ENQUADRAMENTO: 85 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 1.753,15. PROCESSO Nº E-07/002.10243/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150574

NOME: Daniel Diniz de Paula. CNPJ/CPF Nº: 101.499.667-84. ENDEREÇO: Estrada São João, 413, Ipiabas. MUNICÍPIO: Barra do Piraí - RJ. INFRAÇÃO: Por dar início a atividade de aterro de resíduos classe 2B, sem a devida licença ambiental. ENQUADRAMENTO: 85 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 1.753,15. PROCESSO Nº E-07/002.04978/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150591

NOME: Sugareira Extração de Areia Eireli ME. CNPJ/CPF Nº: 27.047.364/0001-83. ENDEREÇO: Rua Antônio Graciano da Rocha, 221, Vila Maria. MUNICÍPIO: Barra Mansa - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas no nº 25 e 28 da LO nº IN023891. ENQUADRAMENTO: 87 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 1.753,15. PROCESSO Nº E-07/002.100408/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150594

NOME: Contrutora Indústria e Comércio de Materiais de Construção Ltda. CNPJ/CPF Nº: 07.656.859/0001-00. ENDEREÇO: Rodovia Presidente Dutra, Km 281, Floriano. MUNICÍPIO: Barra Mansa - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/01053473. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 1.753,15. PROCESSO Nº E-07/002.100519/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150612

NOME: Auto Posto Lubrificadora Gasparian Ltda. CNPJ/CPF Nº: 07.103.802/0001-76. ENDEREÇO: Estrada União Indústria, 555, Reto. MUNICÍPIO: Comendador Levy Gasparian - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento à condicionante nº 15 da LO IN033148. ENQUADRAMENTO: 87 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 1.753,15. PROCESSO Nº E-07/002.30493/A/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150611

NOME: Pedreira Volta Redonda Ltda. CNPJ/CPF Nº: 32.487.266/0002-88. ENDEREÇO: Estrada Fazenda União, Fazenda Cachoeira. MUNICÍPIO: Volta Redonda - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/01082512. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 1.753,15. PROCESSO Nº E-07/002.09040/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150615

NOME: Jorge Alves Crispim. CNPJ/CPF Nº: 32.296.378/0029-71. ENDEREÇO: Avenida Beira-Rio, 114, Volcões. MUNICÍPIO: Volta Redonda - RJ. INFRAÇÃO: Por realizar terraplenagem com implantação de uma barragem em leito de um corpo hídrico sem a devida licença. ENQUADRAMENTO: 64 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 1.753,15. PROCESSO Nº E-07/002.05201/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150616

NOME: Prefeitura Municipal de Itaipava. CNPJ/CPF Nº: 31.846.892/0001-70. ENDEREÇO: Praça Mariana Rocha Leão, 20, Centro. MUNICÍPIO: Itaipava - RJ. INFRAÇÃO: Por realizar captação de água no rio das pedras sem a devida autorização. ENQUADRAMENTO: 64 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 1.753,15. PROCESSO Nº E-07/002.12576/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150185

NOME: Jaine Francisca Moreira. CNPJ/CPF Nº: 915.714.727-20. ENDEREÇO: Avenida Presidente Kennedy, 3891, Ato Bom. MUNICÍPIO: Barra Mansa - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/01087777. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 1.753,15. PROCESSO Nº E-07/002.29053/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150198

NOME: Freirel Fornecedora de Frios e Molas Ltda. CNPJ/CPF Nº: 28.671.510/0001-05. ENDEREÇO: Rua José Hipólito, 445, Cotaria. MUNICÍPIO: Barra Mansa - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/01084138. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 1.753,15. PROCESSO Nº E-07/002.02299/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150280

NOME: Trianon de Barra Mansa Construções Ltda EPP. CNPJ/CPF Nº: 72.167.190/0001-47. ENDEREÇO: Rua Antônio Graciano da Rocha, 1100. MUNICÍPIO: Barra Mansa - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/01039408. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 1.753,15. PROCESSO Nº E-07/002.15981/2014.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150576

NOME: Nicolau Vincipova. CNPJ/CPF Nº: 942.150.817-34. ENDEREÇO: Estrada Amaro X Turvo (RJ-143), São José do Turvo. MUNICÍPIO: Barra do Piraí - RJ. INFRAÇÃO: Por realizar a limpeza, implantação de platô em aterro de corpo hídrico e por perfurar poço tubular, tudo sem a devida licença. ENQUADRAMENTO: 64 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 1.753,15. PROCESSO Nº E-07/002.03102/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150577

NOME: Prefeitura Municipal de Barra Mansa. CNPJ/CPF Nº: 28.695.558/0001-84. ENDEREÇO: Rua Luis Ponce, 263, Centro. MUNICÍPIO: Barra Mansa - RJ. INFRAÇÃO: Por depositar resíduos da construção civil contidos da pavimentação e reaparelhamento de asfalto em terreno localizado na Rua São Pedro em frente ao nº 937, Vista Alegre. Barra Mansa. ENQUADRAMENTO: 95 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 1.753,15. PROCESSO Nº E-07/002.05009/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150578

NOME: Ritualis Empreendimentos Turísticos Ltda. CNPJ/CPF Nº: 13.733.996/0001-09. ENDEREÇO: Rua Harry Bertal nº 400, Penedo. MUNICÍPIO: Itaipava - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento às exigências contidas na notificação SUPMEPEAI/01010048. ENQUADRAMENTO: 76 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 1.753,15. PROCESSO Nº E-07/002.09636/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00150538

NOME: Astral Sul Serviços de Controle Ambiental Ltda. CNPJ/CPF Nº: 02.993.583/0001-50. ENDEREÇO: Rua Alfredo Whately, 454. MUNICÍPIO: Resende - RJ. INFRAÇÃO: Pelo não atendimento à condicionante nº 15 da LO IN026753. ENQUADRAMENTO: 87 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 1.753,15. PROCESSO Nº E-07/002.07323/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149726

NOME: Cinea Fast House Ltda. CNPJ/CPF Nº: 39.443.104/0001-34. ENDEREÇO: Avenida Saquarema, nº 1393. MUNICÍPIO: Saquarema - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 70 e 76 da Lei 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 15.812,13. PROCESSO Nº E-07/002.8509/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149703

NOME: Padaria Kipão Ltda EPP. CNPJ/CPF Nº: 18.506.317/0001-13. ENDEREÇO: Avenida Saquarema, nº 5285. MUNICÍPIO: Saquarema - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 70 e 76 da Lei 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 15.812,13. PROCESSO Nº E-07/002.19386/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149980

NOME: Piscinas e Lazer do Saquarema Ltda. CNPJ/CPF Nº: 26.892.231/0001-40. ENDEREÇO: Rod. Arraial Peixoto, nº 1081. MUNICÍPIO: Saquarema - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 76 da Lei 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 2.149,00. PROCESSO Nº E-07/002.1392/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149726

NOME: Controler materiais de construção LTDA-ME. CNPJ/CPF Nº: 27.230.261/0001-78. ENDEREÇO: Rua Beatriz Amaral Pereira, nº 83. MUNICÍPIO: Saquarema - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 76 da Lei 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 2.127,27. PROCESSO Nº E-07/002.1354/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00149726

NOME: Excen Excelência em ensino de idiomas LTDA-ME. CNPJ/CPF Nº: 10.233.604/0001-31. ENDEREÇO: Rua Beatriz Amaral, nº 83. Bacia. MUNICÍPIO: Saquarema - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 76 da Lei 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 2.127,27. PROCESSO Nº E-07/002.1308/2018.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00147580

NOME: Pousada Nauiluz LTDA-ME. CNPJ/CPF Nº: 39.496.039/0001-77. ENDEREÇO: Rua Marcelo Dias, nº 100. MUNICÍPIO: Arraial do Cabo - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81 da Lei 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 4.253,51. PROCESSO Nº E-07/002.13574/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPMEPEAI/00147121

NOME: Marlene da Fatima Pacheco Fernandes. CNPJ/CPF Nº: 29.075.884/0001-25. ENDEREÇO: Av. Vereador Antônio F. dos Santos, nº 290. MUNICÍPIO: Cabo Frio - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81 da Lei 3.467/2000. PENALIDADE: R\$ 4.253,51. PROCESSO Nº E-07/002.9467/2018.

Id: 2126333

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 107/2018 (DF). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a CARLEX TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos operacionais para atendimento aos órgãos da CEDAE na região metropolitana e interior do Estado do Rio de Janeiro. PRAZO: 720 (setecentos e vinte) dias. VALOR: R\$ 23.404.284,50 (vinte e três milhões, quatrocentos e quatro mil, duzentos e oito reais e oitenta centavos). DATA DE ASSINATURA: 15/08/2018. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.194/2017 (Pregão Eletrônico nº 334/2017 - ASL-DF).

Id: 2126217

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ASSESSORIA DE LOGÍSTICA CHEFE

COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

INSTRUMENTO: Ata de Registro de Preços nº 0006/2018/247100-01. OBJETO: Registro de Preços para aquisição de REGISTROS DE GALVET DE FERRO FUNDIDO DE DIVERSOS DIÂMETROS - Lote 1 a 8. PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a SAINT GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA. CNPJ nº 28.872.987/0001-62. PRAZO: 12 (doze) meses contados a partir desta publicação. DATA DA ASSINATURA: 15/08/2018. FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico PERP/018 - Processo nº E-07/100.153/2017.

A COISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS comunica que a TABELA DE ITENS da Ata de Registro de Preços nº 0006/2018/247100-01 encontra-se à disposição dos interessados, no site www.cedae.com.br/registrodeprecos, bem como no Sistema Integrado de Gestão de Aquisições - SIGA, www.compras.rj.gov.br.

Id: 2126214

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ASSESSORIA DE LOGÍSTICA CHEFE

COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

INSTRUMENTO: Ata de Registro de Preços nº 0007/2018/247100-01. OBJETO: Registro de Preços para aquisição de REGISTROS DE GALVET DE FERRO FUNDIDO DE DIVERSOS DIÂMETROS - Lote 9. PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a COBAC CONCRETO LTDA EPP. CNPJ nº 12.680.880/0001-75. PRAZO: 12 (doze) meses contados a partir desta publicação. DATA DA ASSINATURA: 15/08/2018. FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico PERP/018 - Processo nº E-07/100.153/2017.

ORDEM DE SERVIÇO "E" Nº 15.206 DE 30 DE JULHO DE 2018.

O Presidente da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno,

RESOLVE:

1. Designar CELSO SOARES SILVA, Agente de Saneamento I, como Presidente, FRANCILEI BADINI DE ALMEIDA, Contador C, RIVALDO DOS SANTOS DE SOUZA, Agente de Saneamento D, IVAN MARTINS DE OLIVEIRA, Agente de Saneamento C, como membros titulares e MARCO AURELIO LIMA MARQUES, Agente Administrativo E, como membro suplente, sem prejuízo de suas funções, constituirão **Comissão de Fiscalização** para "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS OPERACIONAIS PARA ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DA CEDAE, NA REGIÃO METROPOLITANA E INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO", de que trata o Processo E-07/100.194/2017.
2. Designar **RODRIGO CASTANHEIRA SANTOS**, Assessor Executivo, para Gerente do referido contrato, de acordo com a Ordem de Serviço "E" nº 11.664 de 07/12/2010, bem como **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Gerente, como suplente.


ENGº JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
PRESIDENTE



Aditivo nº 01 ao CONTRATO CEDAE n. 107/2018 (DF), assinado em 15 de Agosto de 2018 entre a COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE) e a CARLEX TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI., na forma abaixo:

Diante da permanente necessidade dos serviços desenvolvidos através desta contratação e do interesse das partes, resolvem a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **CARLEX TRANSPORTE E SERVIÇOS EIRELI.**, já qualificada no contrato original ora aditado, por meio de seu administrador ao final assinado, celebrar o presente aditivo ao Contrato CEDAE nº 107/2018 (DF), que tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS OPERACIONAIS PARA ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DA CEDAE, NA REGIÃO METROPOLITANA E INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO"**, referente ao Pregão Eletrônico nº 334/2017, fazendo-o nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Conforme autorização concedida pela Diretoria da **CEDAE** em reunião realizada no dia 30 de Agosto de 2019, inserida às fls. 3.253/3.254 do Processo Administrativo nº E-07/100.194/2017 (volume 011), firma-se o presente aditivo para promover a inclusão de **14 (quatorze) veículos dos tipos 01, 02, 03, 06, 08**, conforme justificativa da Comissão de Fiscalização inserida às fls. 3.181/3.183, ratificada pelo Senhor Assessor de Logística Chefe às fls. 3.185/3.186 e tabela abaixo:

VALOR INICIAL DO CONTRATO CEDAE Nº 107/2018 (DF)					R\$ 23.404.284,80
Item	Valor Unitário Atualizado	Quantidade p/ Aditivo	Valor mensal aditivo	Valor Total Aditivo de 15/07/19 a 13/09/20 – 427 dias	% do Valor Inicial do contrato
Tipo 01	R\$ 363,00	02	R\$ 21.780,00	R\$ 284.592,00	7,470%
Tipo 02	R\$ 145,00	06	R\$ 26.100,00	R\$ 341.040,00	
Tipo 03	R\$ 564,87	01	R\$ 16.946,10	R\$ 221.429,04	
Tipo 06	R\$ 415,00	04	R\$ 49.800,00	R\$ 650.720,00	
Tipo 08	R\$ 639,00	01	R\$ 19.170,00	R\$ 250.488,00	
TOTAL		14	R\$ 133.796,10	R\$ 1.748.269,04	

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor autorizado para a execução deste aditivo é de **R\$ 1.748.269,04 (um milhão, setecentos e quarenta e oito mil, duzentos e sessenta e nove reais e quatro centavos)**, correspondente a 7,470% (sete vírgula quatrocentos e setenta por cento) do valor inicialmente contratado, conforme cálculos auditados às fls. 3.187 do processo administrativo referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias para o corrente exercício de 2019, assim classificadas:

Programa de Trabalho: 2200022016.
Código Orçamentário: 33903913.
Conta Contábil: 411110312.
Centros de Custos: DP22010000.
ID da Reserva Orçamentária: 2019000361.



Parágrafo Único - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUARTA: A **CONTRATADA** deverá revalidar a garantia contratual no prazo de até 5 (cinco) dias contados do recebimento da via assinada do termo aditivo, conforme previsão inserida na cláusula sétima do contrato original.

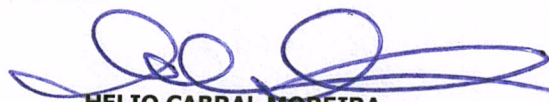
CLÁUSULA QUINTA - As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento contratual.

CLÁUSULA SEXTA - Este Termo Aditivo deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro como condição de sua eficácia, devendo ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

E, por estarem assim, justos e acordados, assinam o presente diante de testemunhas.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2019.

Pela **CEDAE**:



HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente



JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:



CARLOS ALBERTO CAMPOS DE ANDRADE
Titular

TESTEMUNHAS:

Nome: Julio Roberto S. L. V. Oliveira RG: 386.177.11.11

Nome: Daniela Diniz Lourenço RG: 129.524.267.24
Ref. Ad- EPIC-SERVIÇOS-LTDA -01-107-18-acréscimo-de-veículo-VBO

AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: TERMO DE CREDENCIAMENTO nº 098/2019. **PARTE:** DETRAN/RJ e INFOCUSWEB TECNOLOGIA E NEGÓCIOS S/A. **OBJETO:** Permitir a instalação de um canal de comunicação informatizada (websew/ou FTP) entre os sistemas do Cadastrante e da Cadastrela, em caráter precário e gratuito, a fim de coletar em tempo real os valores devidos pelos veículos de propriedade dos interessados em quitar tais débitos de forma parcelada ou à vista, mediante uso de cartão de crédito ou débito pessoal ou empresarial, com senha. A Cadastrela aprovada a transação pelo emissor do cartão, pagará integralmente, na Instituição Financeira (centralizadora) autorizada a arrecadar para este Estado, com a quitação completa dos débitos de forma imediata. **PRazo:** 12 (doze) meses. **GESTOR:** Sergio Hungria de A. Albertos Júnior, ID Funcional 5031613-3. **DATA DA ASSINATURA:** 20/09/2019. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Resolução nº 619/2016. **PROCESSO ADMINISTRATIVO** Nº E-16/068/397/2019.

Id: 2210033

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISOS

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES torna público, a pedido da Assessoria Especial de Planejamento - APL, a data para realização da visita técnica, referente a licitação, abaixo especificada:

CO Nº 06/2019

PROCESSO Nº E-16/002.001.483/2019, com licitação prevista para o dia 21/10/2019 às 14:30 horas.
OBJETO: Serviços Técnicos especializados visando a elaboração de Projeto Básico de Engenharia Rodoviária destinado a recuperação do pavimento e áreas degradadas, alargamento e reforço, OAC's, OAC's, sinalização horizontal e vertical, construção de acostamentos nas Rodovias RJ-144 / RJ-158 / RJ-160, trecho Cantagalo - Carmo.
VISITA TÉCNICA SERÁ REALIZADA NO DIA: 01/10/2019 às 10:00 horas.
RESPONSÁVEL: Residente da 8a ROC - FUNDERJ - Eng.º Ângelo José de Castro Calvo.
TELEFONES: (22) 2555-5685 / 2555-4534.
ENDEREÇO: Rua Artur Nunes da Silva, nº 489 - Centro/Cantagalo.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES torna público, a pedido da Assessoria Especial de Planejamento - APL, a data para realização da visita técnica, referente a licitação, abaixo especificada:

CO Nº 07/2019

PROCESSO Nº E-16/002.001.717/2019 com licitação prevista para o dia 22/10/2019 às 10:30 horas.
OBJETO: Serviços Técnicos especializados visando a elaboração de Projeto Básico de Engenharia Rodoviária destinado a recuperação do pavimento, alargamento e reforço, OAC's, OAC's, sinalização horizontal e vertical, construção de acostamentos e elaboração do PRAD na Rodovia RJ-182, trecho: RJ-178 (Carapebus), RJ 145 (Santa Maria Madalena) - extensão 70km.
VISITA TÉCNICA SERÁ REALIZADA NO DIA: 02/10/2019 às 10:00 horas.
RESPONSÁVEL: Residente da 7a ROC - FUNDERJ - Eng.º Hélio Luiz Pereira da Silva.
TELEFONES: (22) 2791-4153 / 2791-4036.
ENDEREÇO: Rua Têlo Barreto, nº 576 - Centro/Macacá.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES torna público, a pedido da Assessoria Especial de Planejamento - APL, a data para realização da visita técnica, referente a licitação, abaixo especificada:

CO Nº 08/2019

PROCESSO Nº E-16/002.003.734/2019, com licitação prevista para o dia 22/10/2019 às 14:30 horas.
OBJETO: Serviços Técnicos especializados visando a elaboração de Projeto Básico de Engenharia Rodoviária destinado a recuperação do pavimento OAC's (Estudos para Recuperação e Melhorias), Melhorias da Sinalização horizontal e vertical, Recuperação e contenção de taludes, Implantação e melhorias do Sistema de Drenagem, Recuperação de Área degradada (PRAD), Recuperação das Áreas dos Túneis e do revestimento Vegetal de segmento da RJ-155 e suas faixas de domínio, no trecho entre a BR-101 (Município de Angra dos Reis) e BR-116 (Município de Barra Mansa) extensão de 77,2km.
VISITA TÉCNICA SERÁ REALIZADA NO DIA: 03/10/2019 às 10:00 horas.
RESPONSÁVEL: Residente da 11a ROC - FUNDERJ - Eng.º Renato Alves Romero.
TELEFONES: (22) 2431-2516 / 2431-1249.
ENDEREÇO: Rua Capitão Manoel Torres, nº 321 - Centro/Pirai.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES torna público, a pedido da Assessoria Especial de Planejamento - APL, a data para realização da visita técnica, referente a licitação, abaixo especificada:

CO Nº 09/2019

PROCESSO Nº E-16/002.003.807/2019, com licitação prevista para o dia 23/10/2019, às 10:30 horas.
OBJETO: Serviços Técnicos especializados visando a elaboração de Projeto Básico de Engenharia Rodoviária destinado a recuperação do pavimento, alargamento e reforço das OAC's. Sinalização horizontal e vertical, implantação e melhorias do Sistema de Drenagem, Recuperação de Área degradada (PRAD), na rodovia RJ-146, trecho: BR-116 (Município de Bom Jardim) a RJ 182 (Município de Santa Maria Madalena) extensão de 72,9km.
VISITA TÉCNICA SERÁ REALIZADA NO DIA: 07/10/2019 às 10:00 horas.
RESPONSÁVEL: Residente da 17a ROC - FUNDERJ - Eng.º Diogo De Oliveira da Silva.
TELEFONES: (22) 2561-3296 / 2561-3397.
ENDEREÇO: Praça Luiz Machado, nº 2 - Largo do Machado/Santa Maria Madalena.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES torna público, a pedido da Assessoria Especial de Planejamento - APL, a data para realização da visita técnica, referente a licitação, abaixo especificada:

CO Nº 011/2019

PROCESSO Nº E-16/002.004.082/2019, com licitação prevista para o dia 23/10/2019, às 14:30 horas.

OBJETO: Serviços Técnicos especializados visando a elaboração de Projeto Básico de Engenharia Rodoviária para melhorias físicas e operacionais com restauração de pavimento, drenagem, reforço, implantação e alargamento da OAC's (pontes, viadutos, passarelas, etc); sinalização e passivos Ambientais (PRAD) dos segmentos da RJ-106, sendo eles: Trecho 1 - Entr. RJ-106/RJ-104 ao Entr. RJ-106/RJ-140 - 112,30km e Trecho 2 - Entr. RJ-106/RJ-102 a BR-101 (Macacá) - 74,20km, totalizando os dois segmentos a extensão de 186,50km.
VISITA TÉCNICA SERÁ REALIZADA NO DIA: 08/10/2019 às 10:00 horas.
RESPONSÁVEL: Residente da 9a ROC - FUNDERJ - Eng.º Mizael Puraça Filho.
TELEFONES: (22) 2865-4611 / 2865-4327.
ENDEREÇO: Rua Bernardo Vasconcelos, nº 665 - Centro/Araucária.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES torna público, a pedido da Assessoria Especial de Planejamento - APL, a data para realização da visita técnica, referente a licitação, abaixo especificada:

PROCESSO Nº E-16/002/004652/2019, com licitação prevista para o dia 24/10/2019, às 10:30 horas.
OBJETO: Serviços Técnicos especializados visando a elaboração de Projeto Básico de Engenharia Rodoviária destinado a Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), de Contenção de Taludes e de Levantamento e Revisão de Drenagem (dos taludes e da rodovia) de segmento da estrada "Contorno de Barra do Pirai" e suas faixas de domínio, no trecho entre a BR-393 e as rodovias municipais BPI 101 e BPI 102 (Município de Barra do Pirai) extensão de 3,8km.
VISITA TÉCNICA SERÁ REALIZADA NO DIA: 09/10/2019 às 10:00 horas.
RESPONSÁVEL: Residente da 12a ROC - FUNDERJ - Eng.º Alexandre Alonso Lima.
TELEFONES: (24) 2445-0111 / 2445-0106.
ENDEREÇO: Av. Vereador Chequer Elias, nº 1355 - Vila Helena/Barra do Pirai.

Id: 2209840

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

AVISO

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O PROCEDIMENTO DE
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE
PMI Nº001/2019
PROCESSO Nº E-12/207/2888/2019

O SECRETÁRIO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE e o Presidente da Comissão CONSULTIVA DO MARACANÁ tornam público o Chamamento Público PMI Nº 001/2019, cujo objeto é o recebimento de estudos técnicos para modelagem do Projeto de Manutenção, Operação e Gestão do Complexo Maracanã. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site www.compras.rj.gov.br, no campo "Informes do SIGA". Para maiores esclarecimentos disponibilizamos o e-mail maracana@casacivil.rj.gov.br.

Id: 2210158

CONSELHO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
DOS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
1ª CÂMARA

PAUTAS DE JULGAMENTO

O SENHOR PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA DO CONSELHO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS DOS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DR. EDUARDO ITAGYBA DE ARAUJO PADILHA, comunica que se acham em pauta para julgamento em sessão pública, no dia 10 de outubro de 2019, às 13:00 h. (treze horas), no recinto do Plenário, à Av. Erasmo Braga nº 118, 10º andar, na cidade do Rio de Janeiro, os seguintes processos:

RECURSO Nº 3.602/2018 - PROCESSO Nº E-01/065/92/2016
RECORRENTE: ARTUR PEREIRA DE OLIVEIRA
RELATOR: Cons.º Carlos Augusto Silva de Carvalho
REVISOR: Cons.º Cristiano de Oliveira Taveira
OBJETO: Acumulação de Cargos

RECURSO Nº 2.949/2012 - PROCESSO Nº E-03/1030062/2010
RECORRENTE: SARA CELESTE PEIXOTO MACHADO
ADVOGADO: Dra. Nize Maria Lins da Silva - OAB/RJ 26.857
RELATORA: Cons.º Renata Ferreira da Mota
REVISOR: Cons.º Cristiano de Oliveira Taveira
OBJETO: Acumulação de Cargos

Em continuação
RECURSO Nº 3.043/2013 - PROCESSO Nº E-01/54212/2008
RECORRENTE: CRISTIANE MARIA DA SILVA
ADVOGADO: Dr. Marcos Túlio Ferreira Santos Vieira - OAB/RJ 134.513
RELATOR: Cons.º Cristiana Vinciguerra dos Reis
REVISORA: Cons.º Renata Ferreira da Mota
OBJETO: Acumulação de Cargos

ATENÇÃO: É facultado aos Recorrentes, de acordo com os artigos 48, in fine, e 56, caput, ambos do Regulamento Interno, publicado no D.O. de 09.02.83, pessoalmente ou por intermédio de representante legal, usarem da palavra, se pedida, em defesa de seus direitos, por quinze minutos, prorrogáveis por mais cinco, a critério da Presidência, ou apresentarem resumo por escrito dessa mesma defesa.

CRASE/RJ, 23 de setembro de 2019

EDUARDO ITAGYBA DE ARAUJO PADILHA
Presidente

Id: 2209774

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 108/2019. (DSG).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a JIT SERVIÇOS E COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA.
OBJETO: Aquisição de cabo de cobre unipolar - seção transversal 300 mm² - 8,7/15 kV.
PRazo: 60 (sessenta) dias.
VALOR: R\$ 568.853,60 (quinhentos e sessenta e seis mil oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos).
DATA DE ASSINATURA: 20/09/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.249/2019 (Pregão Eletrônico nº 624/2019).

Id: 2209879

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 107/2018 (DF).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a CARLEX TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI.
OBJETO: Inclusão de 14 (quatorze) veículos.
PRazo: Sem alteração do prazo contratual.
VALOR: R\$ 1.748.263,04 (um milhão, setecentos e quarenta e oito mil duzentos e sessenta e nove reais e quatro centavos), correspondente a 7,470% (sete vírgula quatrocentos e setenta por cento) do valor inicialmente contratado.
DATA DE ASSINATURA: 20/09/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.194/2017 (Pregão Eletrônico nº 334/2017).

Id: 2209877

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 126/2018 (DF).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a EPIC SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA.
OBJETO: Inclusão de 01 (um) veículo.
PRazo: Sem alteração do prazo contratual.
VALOR: R\$ 180.194,00 (cento e oitenta mil cento e noventa e quatro reais), correspondente a 14,826% (quatorze vírgula oitocentos e vinte e seis por cento) do valor inicialmente contratado.
DATA DE ASSINATURA: 20/09/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.194/2017 (Pregão Eletrônico nº 334/2017).

Id: 2209878

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 001/2019 - ADPR-31
OBJETO: "SERVIÇOS CONTÍNUOS DE APOIO À MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM COMUNIDADES DE BAIXA RENDA ATENDIDAS PELAS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPPI) E OUTRAS AFINS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA DIRETORIA METROPOLITANA (DM)".
A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se à disposição dos interessados no Portal da CEDAE, no endereço eletrônico <https://www.cedae.com.br/editais>, as Eratas nº 01 a 03, com as alterações efetuadas no edital do certame em epígrafe. Comunicamos ainda que a licitação permanece adiada "sine die".

Id: 2209940

Secretaria de Estado de
Governo e Relações InstitucionaisSECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 005/2019.
PARTE: Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais e a Empresa Veloz Transito Transporte LTDA.
OBJETO: Prestação de serviço de locação com manutenção de 62 (sessenta e dois) veículos, tipo Hatch 1.6, sem fornecimento de combustível e sem fornecimento de motorista para atender as demandas desta Secretaria e a das Operações Barreira Física e Segurança Presença.
PRazo: 24 (vinte e quatro) meses
DATA DA ASSINATURA: 23/09/2019
VALOR: R\$ 2.107.008,00 (dois milhões, cento e sete mil e oito reais)
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93.
PROCESSO Nº SEI-15/001/001481/2019.

Id: 2209953

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E
RELAÇÕES INSTITUCIONAISCONSELHO DELIBERATIVO DA REGIÃO METROPOLITANA
DO RIO DE JANEIRO

ATA DA 2ª REUNIÃO

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às 16h07min, no Prédio Anexo ao Palácio Guanabara, Sala do Secretário - 5º andar, os membros do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro reuniram-se, com base na Lei Complementar nº 184, de 27 de dezembro de 2018, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Apreciação do Regimento Interno do Conselho Deliberativo; Apreciação do Regimento Interno do Conselho Consultivo; Apresentação dos nomes indicados para o Conselho Consultivo; Assuntos Gerais de Interesse da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Com a palavra o senhor Presidente do Conselho Deliberativo, Governador Wilson Witzel, que após verificar o número legal de comparecimento dos trabalhos e ressaltar a importância da nova lei acerca da Região Metropolitana, citando o seu artigo 3º, relativo às funções públicas, principalmente referente ao saneamento, tendo esse Conselho Deliberativo o poder concedente e a ainda a situação da modelagem da concessão da CEDAE, com estimativa total de 37 bilhões de reais de investimentos e o quanto é importante a participação dos prefeitos nas reuniões. Ressaltou também acerca da mobilidade urbana e a não conectividade entre os modais de transporte e suas referidas concessões, e que desejamos integrar os modais alternativos, BRT Transbrasil e demais linhas de ônibus além da integração tarifária com implantação do Bilhete Único do RMRJ, com estudos a serem realizados pela SETRANS pelo Estado, pelo Conselho Consultivo além das Secretarias Municipais de Transportes dos municípios da RMRJ, incluindo aí a situação da Rodoviária, integração do VLT, novas linhas das Barcas dentre outras, e que os recursos advindos das futuras concessões serão repassados ao Fundo Metropolitano que em deliberações do Conselho definirão sua utilização. Quanto ao Urbanismo citou sua importância que em 01/10/2019 será lançado na Rocinha o Programa Comunidade Cidade, com ações de saneamento e urbanização, com inclusive titulação de propriedades integrando a comunidade a cidade formal e reduzindo, portanto, a expansão urbana desenfreada. Após convidou o Assessor Especial, Alessandro Martello Panno, para secretariar a reunião. Aceito o convite o senhor Secretário fez a leitura da Ordem do Dia, retomando em seguida a palavra ao senhor Presidente. Em prosseguimento o senhor Presidente deu as boas-vindas aos presentes manifestando a importância desse momento histórico para a Governança Metropolitana do Rio de Janeiro como integrantes do Conselho Deliberativo. Após disse que a Procuradoria Geral do Estado exarou parecer onde os atos praticados na reunião realizada do Conselho Consultivo no dia 06 de junho de 2019 devem ser nulos, pois carecem de requisito de validade, uma vez que não houve a nomeação dos membros do Conselho Consultivo pelo Presidente do Conselho Deliberativo. Falou, ainda, que restava prejudicada a Apreciação dos Regimentos Internos do Conselho Deliberativo e do Consultivo, portanto, conforme observado pela PGE, estão em desacordo com a Lei Complementar nº 184/18, sendo submetidos a aprovação na próxima sessão. Na sequência, o senhor Presidente apresentou os seguintes nomes indicados para compor o Conselho Consultivo da Região Metropolitana: JUAREZ FIALHO, Secretário das Cidades; ROBERTO MOTTA; Ass. Especial: BERNARDO SANTORO; Ass. Especial: AMARILDO SOARES, Vice-Prefeito de Seropédica; ANDRÉ BIANCHE, Subde Urbanismo de Queimados; JOÃO LEAL, Ass. do Prefeito de Igaruaçu; MARILIA ORTIZ, Subde Planejamento de Niterói; EVANILDO BARRETO, Sec. de Desenvolvimento Econômico de São Gonçalo; MAURO OSÓRIO, Presidente do Instituto Paraíba e Páris; WALDECK CARNEIRO, Deputado Estadual; LUIZ PAULO CORREA DA ROCHA, Deputado Estadual; VANDRO FAMILIA, Deputado Estadual; MARCIO PACHECO, Deputado Estadual; DR JAIRINHO, Vereador; JONES MOURA, Vereador MARCELO PRADO WERMELINGER, Membro da Comissão de Urbanismo de Niterói; MARCOS ALEXANDRE PERES COSTA, Diretor Geral em Mesaquela; LAERTE ALVES DAS CHAGAS, Assessor em Mesaquela; CARMEN ELZA BASTOS DE CARVALHO, Membro do Ministério Público; ARNALDO GOLDBERG, Defensoria Pública; LUIZ CÉSIO DE SOUZA CAETANO ALVES, Presidente do SINDISAL; MARCELO KAIUCA, Presidente do Sindicato da Construção Civil de Nova Iguaçu; ALDO GONÇALVES, Presidente do CDL-RJ; CARLA PINHEIRO,